

**A FORMA URBANA EM PERSPECTIVA HISTÓRIA: UM OLHAR A PARTIR DA
PRAÇA COSTA PEREIRA, VITÓRIA/ES¹**

Michela Sagrillo Pegoretti
Universidade Federal do Espírito Santo
michelasagrillo@yahoo.com.br

Cecília Coutinho Torezani
Universidade Federal do Espírito Santo
ceciliatorezani@gmail.com

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo analisar a forma urbana da praça Costa Pereira, localizada no centro histórico de Vitória/ES, enfatizando suas transformações em função do processo de modernização da cidade entre o século XIX e o século XX, do processo de verticalização em meados do século XX, além daquele ligado, posteriormente, ao êxodo de atividades ditas nobres para outras áreas. O estudo baseia-se em revisão bibliográfica, análises iconográficas e cartográficas, pesquisas de campo, além de ensaios volumétricos do uso do solo na praça sob viés temporal. Verificou-se que os processos vigentes foram determinantes nas configurações dos cenários históricos identificados e que, dos elementos da forma urbana, o uso/ocupação do solo foi aquele que mais se alterou. Tais estudos mostram-se importantes nos apontamentos em relação à dinâmica deste e de outros espaços públicos, inseridos no mesmo contexto.

Palavras-chave: Forma Urbana. Histórica. Praça Pública
GT – “8”: “Geografia Histórica Urbana”

¹ Trabalho orientado pela Prof^a Dra. Eneida Maria Souza Mendonça – Universidade Federal do Espírito Santo

1 INTRODUÇÃO

O tema maior desse artigo refere-se à análise da forma urbana de espaços públicos, em especial a praça pública, um dos principais elementos morfológicos da cidade, que representa historicamente um lugar ligado a aspectos de socialização da vida urbana.

Segundo Abreu (1998), o peso material e simbólico das formas urbanas herdadas do passado não é neutro e deve ser bem contextualizado em análise que ultrapasse uma abordagem local e focal, já que aí estão concatenados processos que atuam em escalas que são ao mesmo tempo desiguais e combinadas.

A forma urbana das praças públicas de centros históricos é produto de processos econômicos, sociais, políticos e culturais, que se sobrepuseram em camadas ao longo do tempo na produção do espaço urbano. Tais processos moldam as cidades a partir do chão e configuram sua forma urbana, que por sua vez, também tem ação de transformar-se, proporcionando mudanças nas dinâmicas de uso dos espaços.

Correa (2004, p.43), diz que “a produção do espaço é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesse, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflito entre eles mesmos e com os outros segmentos da sociedade”. Esta reprodução depende das forças de mercado. Carlos (2007) salienta que a reprodução da vida está relacionada às necessidades da sociedade para a construção do humano. Já, a reprodução do espaço relaciona-se às necessidades da reprodução do capital e sob o poder do Estado.

A reprodução do espaço, dessa forma, produz novas práticas cotidianas ou é produto delas, ocasionando transformações nos modelos de apropriação, que apontam para um empobrecimento das relações sociais onde a relação entre as pessoas passa a ser substituída por relações mediadas pela mercadoria (CARLOS, 2007). Tais transformações podem ser observadas, por exemplo, nas novas formas de lazer em ambientes privados ou virtuais, que favorecem o esvaziamento ou subutilização de muitas praças das cidades.

Milton Santos (1996) ressalta que mudanças tanto morfológicas, quanto do ponto de vista das funções e dos processos no espaço geográfico, desencadeiam novos objetos, novos padrões e novas formas de ação. E explica que a alteração na funcionalidade de alguma das partes de um objeto, diminui sua eficácia, podendo adulterá-lo mortalmente, fazendo dele outra coisa. Este fato parece ter aderência, por exemplo, com as diferentes funções e comportamentos de usos do solo nas principais praças de centros históricos, fato que provocou movimentos cotidianos distintos que tem como fio condutor o próprio tempo.

A cidade de Vitória apresenta uma paisagem urbana focada no conceito de palimpsesto (CONZEN, 1962, apud COSTA e GIMMLER NETTO, 2015) já que passou por diferentes momentos de expansão desde o início de sua colonização em 1551. Até o início do século XIX, a paisagem da ilha de Vitória era definida pela presença da baía, do maciço central e das áreas alagadiças, respeitando a topografia do terreno (KLUG, 2009). A partir do início do século XX, a evolução urbana foi marcada pela presença do mar e dos aterros realizados na costa em diferentes momentos históricos, fato que resultou em uma configuração morfológica distinta, principalmente em áreas pioneiramente ocupadas, como é o caso da área central de Vitória, onde localiza-se uma de suas principais praças, a Costa Pereira.

A praça Costa Pereira, desenhada no início do séc. XX, se mantém como um dos principais espaços de uso público do centro histórico de Vitória/ES. Tal espaço, no entanto, fora um largo no período colonial. As intervenções realizadas e inspiradas no advento republicano e na negação da cidade colonial transformaram o Largo da Conceição em Praça Costa Pereira sob os conceitos de modernidade urbana e modificaram sua forma urbana ao longo do tempo. Construções de uso religioso (Igreja da Conceição) e cultural (teatro Melpômene e teatro Carlos Gomes) marcaram, respectivamente, os usos do largo à praça. Tais usos vão de espaço de humildes pescadores à espaço de *footing* da elite capixaba e posteriormente e atualmente, à espaço ligado ao comércio informal, apropriações diversas e descanso/trânsito dos que ali trabalham ou moram.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar a forma urbana da praça Costa Pereira, sob viés temporal, enfatizando, desde sua origem, as principais transformações da forma urbana decorridas em função do processo de modernização da cidade na transição do século XIX para o século XX, do processo de verticalização da área central já em meados do século XX, do processo de êxodo de atividades ditas nobres de cunho comercial, institucional e habitacional para outras áreas a leste e nordeste, no final do mesmo século, e da recente reformulação do espaço através de projeto de revitalização urbana.

Para atingir tal objetivo, a metodologia alcançou revisão bibliográfica de conceitos chaves como forma urbana sob a perspectiva histórica e praça pública. Também se utilizou de revisão bibliográfica sobre dados históricos relevantes, análise cartográfica em camadas para assimilação da forma urbana presente a partir das categorias de análise da escola inglesa de morfologia urbana, apontando, para cada período, as práticas cotidianas ali presentes². Também se utilizou de análise iconográfica e estudo volumétrico da praça e seu entorno imediato em programa específico (*Sketch*

² Práticas cotidianas são entendidas a partir de Carlos (2007).

Up) a partir de base de plantas cadastrais georreferenciadas. O uso do solo atual da praça foi identificado em visita de campo, para que a análise se contextualizasse até o tempo presente. Um quadro síntese, por fim, foi proposto para entender o nível de transformação dos elementos da forma urbana ao longo do tempo.

2 FORMA URBANA

A apropriação do solo traz consigo uma determinada intenção, que reflete a demanda da sociedade e é materializada no traçado urbano. Tais intenções são interpretadas por análises morfológicas. A forma urbana é consolidada por meio de camadas históricas sobrepostas, fato que se denomina “palimpsesto”, resultado da materialização do passado e do presente em processo cronológico construtivo que se acumulam no mesmo sítio natural. O conceito de “palimpsesto” foi apresentado por Conzen em 1962, remetido para um número de períodos morfológicos em centros históricos diretamente proporcionais à formação de períodos sucessivos de formas variadas na paisagem urbana ali presente (COSTA e GIMMLER NETTO, 2015).

Para Moudon (2015), o papel dos morfologistas é estudar “a concretização de ideias e intenções à medida que estas tomam forma sobre o solo moldando as nossas cidades”. Tais estudos podem ser realizados em diferentes níveis de resolução: o edifício/parcela, a rua/quarteirão, a cidade e a região e devem necessariamente usar como instrumentos de investigação morfológica a forma, a resolução e o tempo. Assim, a forma urbana só pode ser compreendida a partir da história.

Vários teóricos descrevem metodologias de análise morfológica para compreensão da forma da cidade, sendo clássicos na academia os estudos de Kevin Lynch, Gordon Cullen e Aldo Rossi. A escola inglesa de morfologia urbana, representada pelo geógrafo Conzen, ou mesmo a escola italiana representada pelo arquiteto Muratori, não eram, até pouco tempo, referenciadas pelos estudiosos no Brasil. No entanto, as duas escolas tradicionais são as principais linhas conceituais e métodos de análise da forma urbana (COSTA, 2007).

A abordagem histórico-geográfica defendida por Conzen e que será aqui utilizada, baseia-se, segundo Costa e Gimmler Netto (2015), na análise da “paisagem urbana” cuja composição é estruturada por três categorias sistemáticas de análise da forma urbana: o plano urbano (sistema viário e padrão de parcelamento do solo, associado à ideologia de ocupação do território); o tecido urbano (formado pelas quadras e seus respectivos lotes e tipos edifícios semelhantes) e os padrões de uso e ocupação do solo (o lote, o edifício e o uso associado), ressaltando aí, as análises bi e tridimensionais da forma.

Ao longo da história, as autoras, baseadas nos estudos de Conzen, relatam que as primeiras modificações se dão no uso, que demanda alterações nas formas dos edifícios e na posterior implantação no lote, alterando, em seguida, desenhos de quadras e lotes. Já os elementos do plano urbano (sistema viário) parecem ser aqueles que mais permanecem no tempo, já que mudanças em vias demandam investimentos de grande porte.

Segundo Lynch (2007), excetuando-se os desastres ambientais, a forma das cidades se transforma por meio de ações humanas, provocadas por causas humanas que vão desde a intenção de ordem, estabilidade simbólica, controle, poder, acesso, exclusão, função econômica, até os valores culturais. Assim, a história da forma da cidade não deve ser atribuída apenas pelo padrão das ruas, mas por decisões e forças do estado e do mercado que agem de forma cumulativa, deixando um legado para cada uma das gerações.

A descoberta da razão das pessoas criarem as formas deve estar ligada à experiência dos lugares por meio de práticas cotidianas (CARLOS, 2007). Assim, para o artigo aqui apresentado, a análise da forma urbana para a praça Costa Pereira pressupõe, a partir dos estudos de Conzen, a contextualização desta forma com as forças vigentes que lhe deram origem, para diferentes períodos da história que, em conjunto, provocaram mudanças nas ações cotidianas no local.

3 PRAÇA PÚBLICA

A praça pode conter, do ponto de vista morfológico, vários conceitos: marco urbano na configuração das cidades (MACEDO, 2001), elemento de proporção mais larga que a rua com possibilidades de apropriações mais amplas e diversificadas (QUEIROGA, 2001), elemento que pressupõe vontade e desenho de uma forma como um lugar intencional da vida social (LAMAS, 2011), pontos de descompressão por constituírem-se de vazios na malha urbana associados a conjuntos arquitetônicos (CALDEIRA, 2007). Do ponto de vista conceitual, para Robba e Macedo (2010), as “praças são espaços livres de edificação, públicos e urbanos, destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”. Para Alex (2008), as praças são espaço público de convívio e inclusão que se moldam como ponto de convergência de fluxos. Marx (1980) diz que as praças são logradouros públicos por excelência que se destacam na paisagem urbana acomodando edifícios de prestígio social e acolhendo seus frequentadores. Para Queiroga (2001) a praça é síntese dos lugares, subespaço livre de edificações e que guarda estreita relação com os edifícios do seu entorno imediato, relação esta vinculada à sistema de usos e significado.

Sob o viés geográfico, Robba e Macedo (2010) consideram a praça pública como espaço que condensa diferentes experiências sociais, onde se exacerbam os conflitos, percepções e ambiguidades, onde o todo se reitera em suas partes. O todo, segundo Santos (1996) só pode ser conhecido através do conhecimento das partes e vice versa. Assim, ele analisa o espaço a partir da indissociabilidade entre forma e conteúdo, processo e resultado, função e forma, passado e futuro, objeto e sujeito, natural e social, e entre sistema de objetos e de ações, não considerados isoladamente, mas interagindo. Para o autor, “de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” (SANTOS, 1996, p. 39). Nesse contexto, a praça pode ser considerada um sistema de objetos articulada às vias que a circundam, aos edifícios que a ladeiam e aos elementos que a compõem. Já o sistema de ações está vinculado ao seu papel como espaço de socialização urbana, protagonizados por práticas cotidianas.

Há de salientar, também o papel da praça como elemento simbólico. Segundo Robba e Macedo (2010), com a evolução urbana das cidades, o papel da praça ao longo do tempo foi alterado significativamente, mantendo-se, no entanto, seu caráter social. É preciso, no entanto, acrescentar o caráter simbólico na perspectiva histórica da existência da praça pública, articulando-a como um dos elementos capazes de compor a paisagem cultural de um espaço urbano. A paisagem cultural não só revela as condições econômicas que ocasionaram sua modelagem, mas também hábitos culturais, técnicas construtivas, crenças e ideologias de uma época (CLAVAL, 1992), ou seja, realidades materiais e imateriais.

As praças podem ser apreendidas como paisagens que se revelam de forma evolutiva, em decorrência de uma série de fatores aplicáveis às transformações de suas formas, funções e usos. Tomemos, como exemplo geral, o simbolismo enraizado na formação das praças nos principais períodos da história que, influenciados pela cultura e por aspectos políticos e econômicos, formaram o centro político social (na Antiguidade Greco-romana), o centro de mercado (na Idade Média), o centro artístico (no Renascimento) e o próprio monumento urbano (no Barroco) (BENEVOLO, 2005).

No Brasil, os primeiros espaços livres públicos urbanos surgiram no entorno de edifícios de caráter religioso e formaram os largos, espaços secos, que é justamente o espaço de formação da praça (ROBBA e MACEDO, 2010). Para Marx (1980, p. 43) “os largos são uma continuação das ruas, um determinado trecho e momento seu diante das construções mais significativas, o seu clímax”.

No século XIX a praça eclética torna-se um ícone social do espaço urbano, sendo caracterizada pelo seu ajardinamento nas áreas centrais e bairros de elite tendo como elementos simbólicos não só os jardins, mas também as fontes, os quiosques e os coretos. Influenciados por modelos europeus, os espaços eram usados para passeios e contemplação (ROBBA e MACEDO, 2010).

Em relação a este período, Marx (1980) salienta que, nas cidades brasileiras no início da República, os prédios públicos voltados à educação e à cultura tiveram amplo significado político, econômico e social como importante marco do viver urbano e da relação entre o homem e seu tempo livre, sendo os teatros, “pontos de honra da cultura urbana” (p.82), principalmente das elites das capitais. Assim, a praça ajardinada surge no momento de transição entre o modelo de urbanização colonial e o modelo de cidade apoiado em parâmetros de modernização, salubridade e embelezamento, muito bem contextualizado com a praça Costa Pereira, que será analisada a seguir.

Neste período, segundo Abreu (1998), o projeto modernizador fundamenta-se na rejeição do passado, no apagamento de seus vestígios. Várias cidades brasileiras, a exemplo de Vitória, foram influenciadas pelas intervenções parisienses e também por aquelas ocorridas no Rio de Janeiro. Este fato está bem contextualizado com o novo desenho da Praça Costa Pereira no início do século XX, que de largo colonial, passou à praça ajardinada e perdurou com esse desenho até os dias de hoje. Os aspectos culturais, nesse contexto e tantos outros que inseriram as praças ajardinadas no Brasil, principalmente nos principais centros urbanos, não devem ser negligenciados a fim de que se mantenha viva a história que constitui a identidade destes lugares.

4 PRAÇA COSTA PEREIRA: ANÁLISE DA FORMA URBANA

A análise da forma urbana foi tomada a partir de cenários distintos que puderam ser capturados por base de dados cartográfica contextualizada com as principais transformações ocorridas ao longo da história. Tais cenários refletem a configuração inicial da praça como largo da Conceição (Cenário 01), a reformulação do largo com a inserção do teatro Melpômene (Cenário 02), a remodelação da praça com a inserção do teatro Carlos Gomes (Cenário 03), a consolidação

da praça com o processo de verticalização do Centro (Cenário 04) e a praça em sua configuração atual (Cenário 05). As Figuras 01 e 02 mostram imagens dos cinco cenários, ora analisados.

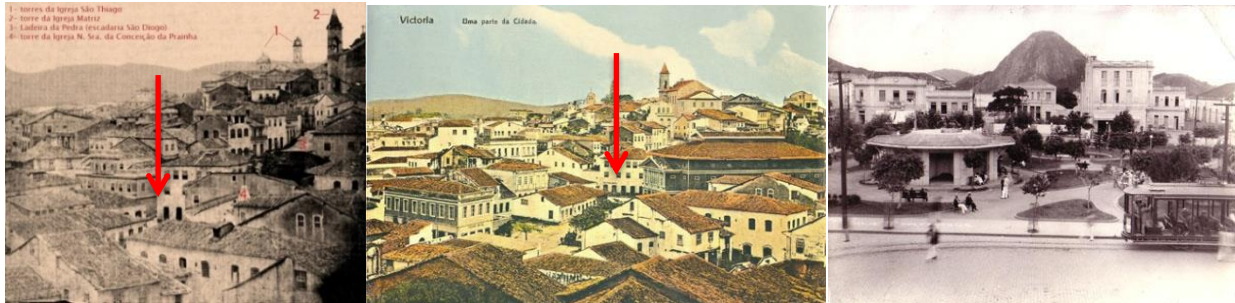


Figura 01: Cenários 01, 02 e 03 (da esquerda para a direita).

Fontes: <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/igreja-de-nossa-senhora-da-conceicao-da-prainha-por-elton.html>; <http://legado.vitoria.es.gov.br>; <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/11475>. Acesso em abril/2019.

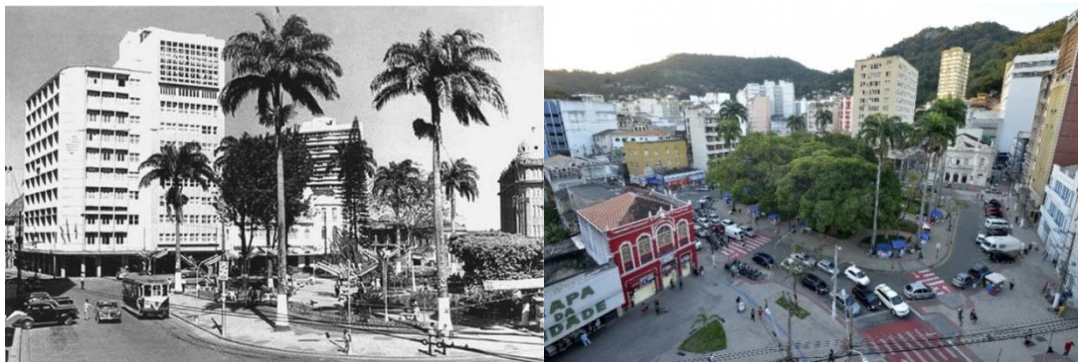


Figura 02: Cenários 04 e 05 (da esquerda para a direita).

Fontes: <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/com-o-pe-no-futuro-por-nilomartins.html>; https://www.gazetaonline.com.br/opiniao/columas/paulo_bonates/2017/10/nota-de-falecimento-1014104277.html. Acesso em abril/2019.

Para cada cenário, foram analisados os aspectos político-econômicos presentes, a contextualização histórica da área objeto de estudo, as características dos principais elementos da forma urbana (sistema viário, parcelamento de lotes e quadras e uso e ocupação do solo) a partir de Conzen (1962, apud COSTA E GINNLER NETTO, 2015) e as práticas cotidianas pertinentes. O texto analítico baseia-se em dados históricos de livros específicos sobre a história da cidade (DERENZI, 1995; ELTON, 1999; FREITAS, 2004; KLUG, 2009 e NEMER, 2018) e trabalhos acadêmicos (CANAL FILHO, 2004; BELLINE, 2014; PRADO, 2002).

As plantas disponibilizadas pela municipalidade, a saber: de 1895, 1910, 1946 e 1995 (esta última usada para fazer a base de dados da planta de 1970) foram desenhadas em programa *AutoCAD* para mapeamento do uso bidimensional do solo e exportados para o programa *SketchUp* para execução de volumetria. Para a planta de 2019, utilizou-se do mapa de uso do solo de Vitória de 2007, já disponibilizado no sistema CAD.

O uso das representações tridimensionais foi apontado, quando possível, apenas para as edificações localizadas no entorno imediato da praça, justamente por conta do reduzido número de materiais iconográficos, principalmente dos períodos mais antigos. Nestes casos, muitas edificações receberam a cor cinza clara, devido à incerteza do uso frente à ausência de informações concretas que pudessem subsidiar tais dados. A volumetria para estes casos foi construída hipoteticamente. Entretanto, para todos os mapas foram mantidos o desenho bidimensional dos lotes e quarteirões para além da área do entorno imediato, para dar clareza quanto a continuidade de presença de edificações na região estudada. Já, a volumetria do uso atual foi alimentada por visitas de campo e auxiliadas pelas plataformas *Google Earth* e *Cadmapper*. Destaca-se que o relevo gerado por essa última ferramenta foi o mesmo utilizado nas isometrias dos outros períodos, com o objetivo de manter um padrão de representação entre elas. Seguem então, as mencionadas análises, por cenário.

4.1 CENÁRIO 01: Planta de 1895(Figura 03)

a) Aspectos político-econômicos: até então, a cidade ainda carrega em seu sítio de origem, de cota de nível mais elevada, traços de colonização portuguesa iniciada em 1551. A expansão para áreas mais baixas decorreu em função do desenvolvimento e crescimento populacional. Desprovida de infraestrutura e serviços básicos como abastecimento de água, os relatos da época caracterizam Vitória, como suja, sem estética e ordenamento urbano e lamacenta em suas partes mais baixas. No início do século XIX, com o enfraquecimento do ciclo do ouro e a diminuição do risco de invasões, a cidade começou a se tornar menos fortificada e mais portuária. Aterros progressivos foram executados desde o início do século XIX³ e permitiram, aos poucos, a ocupação na parte mais baixa, onde se situa o Largo da Conceição e inúmeros cais que davam suporte ao comércio em ascensão, principalmente o ligado à cultura do café. Em meados do século XIX criou-se, sobre aterro, a rua da Alfândega (parte da atual avenida Jerônimo Monteiro) que ligou dois desses cais, apoiando as atividades comerciais⁴. Assim, buscando estimular tal comércio, o poder público, incentivado pelo espírito republicano, passou a efetuar intervenções segundo conceitos higienistas. No governo de Muniz Freire (1892-1896), o largo da Conceição

³Um dos primeiros aterros na Ilha de Vitória ocorreu entre 1812 e 1819 nas imediações do atual Parque Moscoso, incluindo, entre outras, a área do largo da Conceição, e visava facilitar a acessibilidade dos pedestres (FREITAS, 2004). Há referências, no entanto, de aterro anterior a esta data para viabilização da construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, na Prainha (DAEMON, 1849; apud DERENZI, 1996).

⁴A rua da Alfândega se estendia do Cais Grande (atual Praça Oito de Setembro) ao Cais do Santíssimo (atual teatro Glória) e apoiava o incremento das atividades comerciais (BELLINI,2014)

começou a ser reformulado e o Jardim Municipal foi criado ali próximo, dando indícios do interesse pela área para atividades de ócio e entretenimento.

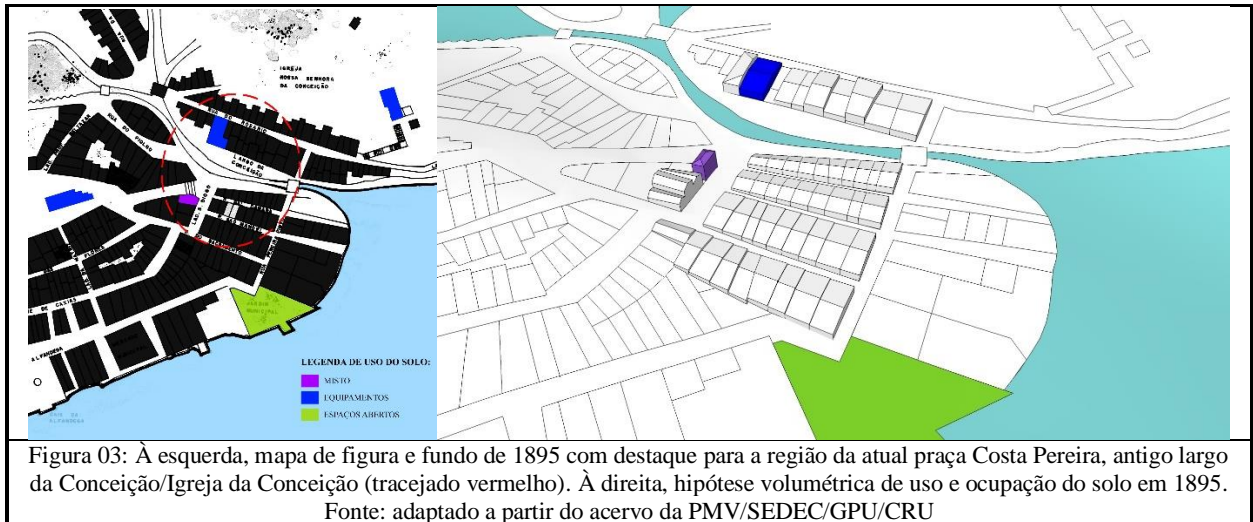
b) Contextualização histórica da área: Em 1755 foi construída ali a Igreja Nossa Senhora da Conceição da Prainha. Assim, a área em frente à Igreja passou a se chamar Largo da Conceição. No governo de Muniz Freire (1892-1896)⁵, o largo da Conceição foi aterrado e o Jardim Municipal foi criado nas proximidades, dando indícios do interesse pela área para atividades de entretenimento. A igreja de Nossa Senhora da Conceição foi demolida em 1895 para a construção do Teatro Melpômene, inaugurado em 1896, marcando o início do processo de modernização da cidade de Vitória no período republicano.

c) Principais elementos e análise da forma urbana: Plano Urbano: implantação em terreno plano alagável, com vias estreitas ou becos, sem calçamento, seguindo certa tendência retilínea, com largo que se localiza em frente à Igreja, conforme padrão de ocupação portuguesa. Tecido Urbano: quadras com tendência retangular acomodando-se ao terreno plano, lotes retangulares com sua menor dimensão limitando-se com o largo, edificações ocupando a totalidade do lote. Uso e ocupação do solo: construções de um a dois pavimentos com telhado de duas ou quatro águas aparentes, cujos usos não puderam ser identificados por falta de registros históricos pertinentes. A Igreja apresentava-se com implantação similar às demais construções, não destacando-se no contexto. Implantação típica da urbanística colonial, com ausência de afastamentos e ocupação total do lote. Práticas cotidianas: espaço ligado à vida social e religiosa dos moradores mais humildes, especialmente pescadores. Abrigava atividades como procissões, folias populares de rua, atividades circenses e folguedos infantis, além de ser local de passagem dos que por perto dali desembarcavam.

CENÁRIO 01: Planta de 1895

Principais elementos de análise: Largo da Conceição e Igreja Nossa Senhora da Conceição
--

⁵Muniz Freire criou a Comissão de Melhoramentos da Capital, liderada pelo engenheiro sanitarista Francisco Saturnino de Brito, que projetou a construção de um novo arrabalde à leste. Tal área foi recebendo aterros de pequenas proporções a partir do início do século XX. Os aterros ganharam força a partir da década de 1930, especialmente na década de 1950, no governo de Jones dos Santos Neves (FREITAS, 2004).



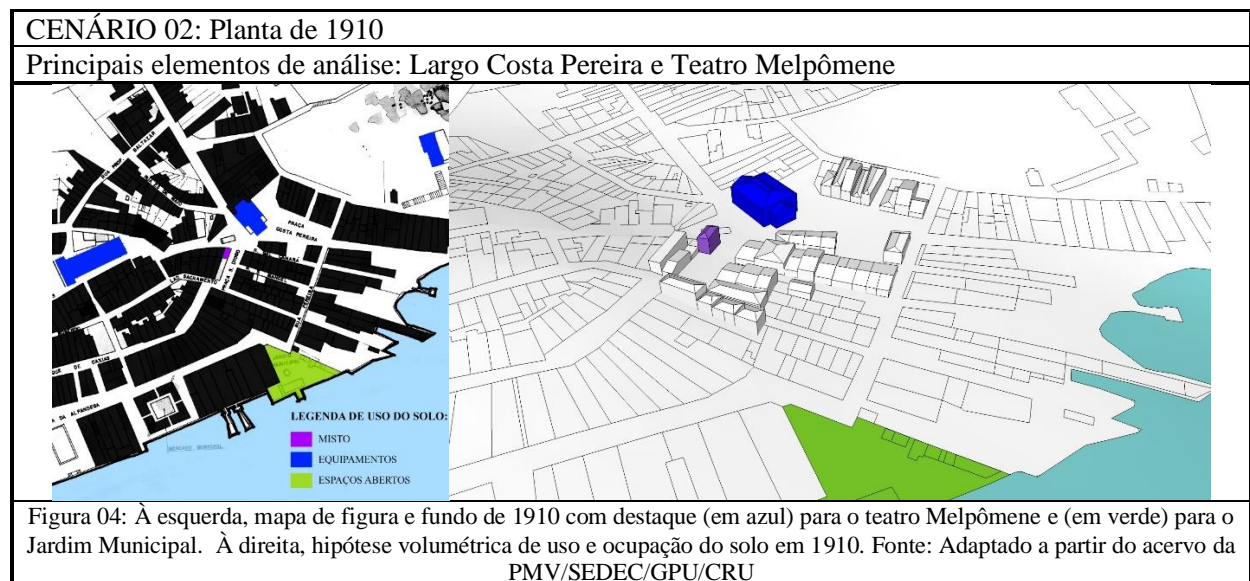
4.2 CENÁRIO 02: Planta de 1910 (Figura 04)

a) Aspectos político-econômicos: A transição do século XIX para o século XX foi marcada por um contexto forte de modernização da cidade, na transição da cidade tradicional para a cidade moderna. Os princípios do higienismo vigentes, influenciados pelo ideário Positivista, preconizavam o combate à insalubridade através do ordenamento do espaço, disciplinamento de usos e costumes, implementação de nova estética arquitetônica. O governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912) teve grande destaque nas obras de infraestrutura sanitária e viária (introdução dos bondes), limpeza e coleta de lixo urbano e aterros de áreas alagadas como os charcos do Campinho (atual Parque Moscoso) que se tornou o primeiro bairro de traçado regular.

b) Contextualização histórica da área: a construção do teatro Melpômene simbolizou a propagação da própria civilidade almejada, novo ícone da burguesia capixaba. Em 1896, todo em madeira, destacava-se por sua arquitetura e por sua função como espaço de atividades culturais na cidade. Neste ano, o agora largo Costa Pereira, recebeu a primeira intervenção significativa: a demolição de um grupo de casas simples localizadas bem próximas ao teatro, dando indícios da intenção de reordenamento do espaço. Em 1905, o jardim municipal foi transformado no Éden Park oferecendo pequenos espetáculos e jogos com bares e reunindo personagens da política e jogadores, pessoas de classe mais abastada. Assim, a região em análise era composta por duas construções de caráter cultural que influenciaram o potencial da área enquanto lugar público da cidade. Houve alguma valorização da área com a inserção de um teatro, mas que não teve força no sentido de mudar drasticamente as funções ali depositadas, visto que ainda havia muitos serviços de infraestrutura a serem feitos. O teatro Melpômene incendiou-se em 1923 e foi demolido entre 1925 e 1926 no contexto de uma série de intervenções nas adjacências visando o reordenamento urbano da cidade.

c) Principais elementos e análise da forma urbana:

Plano Urbano: implantação em terreno plano aterrado, com vias estreitas ou becos, sem calçamento, seguindo certa tendência retilínea, com largo que se localiza em frente ao teatro, símbolo cultural que marcou o início do processo de modernização da cidade. Tecido Urbano: quadras remodeladas em relação ao período anterior, de forma mais quadrangular, com lotes retangulares em alguns casos mais alongados, tendo a menor dimensão limitando-se com o largo, edificações ocupando a totalidade do lote. Uso e ocupação do solo: construções de um a três pavimentos com telhado de duas ou quatro águas aparentes, cujos usos não puderam ser identificados por falta de registros históricos pertinentes. O teatro foi implantado com destaque em relação à antiga Igreja, mas sem obedecer a um alinhamento específico no espaço não urbanizado. Práticas cotidianas: o largo continuou a ser palco de folias, atividades circenses e folguedos infantis, porém, a demolição da igreja e a construção do teatro, contrária aos pescadores que ali moravam, trouxeram novos ares criando um pequeno parâmetro segregacionista, já que as atividades no interior do teatro atendiam à classe mais abastada e foram, aos poucos, marcando o espaço com potencial cultural da elite capixaba em ascensão.



4.3 CENÁRIO 03: Planta de 1946 (Figura 5)

a) Aspectos político-econômicos: os ideais do Positivismo ainda comandam as intervenções, bem focadas no denominado aformoseamento da cidade. O principal governo deste período foi o de Florentino Avidos (1924-1928), que se dedicou à remodelação da cidade, deu prosseguimento à implementação da infraestrutura, reiniciou as obras do porto (inaugurado posteriormente, em 1942). A praça Costa Pereira foi desenhada neste período e praças antigas foram reformuladas. A rua da Alfândega, recebeu, em um dos seus extremos, uma primeira etapa de alargamento,

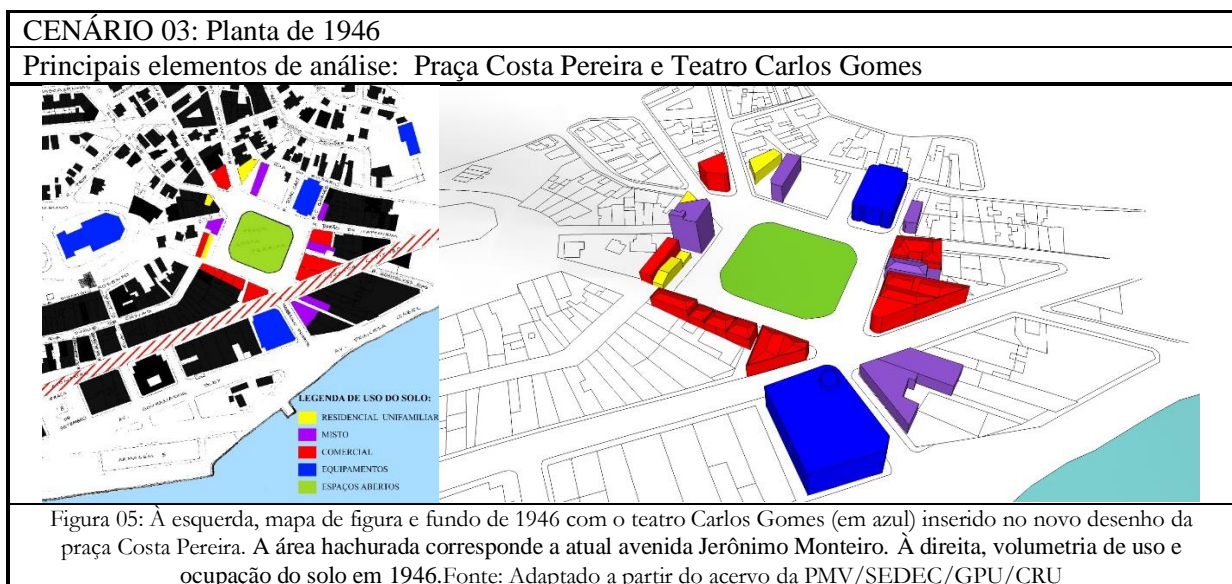
retificação e remodelamento com desejo de que se tornasse uma via *boulevard* e passou a se chamar avenida Jerônimo Monteiro⁶. Para além desse trecho, na direção leste, se estendia o bairro popular da Capixaba, cortado pelo traçado sinuoso da rua Cristóvão Colombo. Ainda no mesmo governo, sobre aterro, ali foi aberta a avenida Capixaba, como extensão da já existente avenida Jerônimo Monteiro. Ambas, na década de 1940, passaram a ser conhecidas com um único nome: avenida Jerônimo Monteiro.

b) Contextualização histórica da área: Nesta época as elites já pressionavam o governo para criar um novo espaço de lazer para seu usufruto (até então realizado apenas no Parque Moscoso). Entre os anos de 1922 e 1925 o largo foi totalmente reformulado e tornou-se praça, efetuando o aburguesamento da área central da cidade que deixou de ser espaço das classes mais humildes. Casas modestas foram demolidas e sobrados mais importantes foram mantidos, sendo suas fachadas remodeladas ao estilo eclético. Sobre obra de aterro, abriu-se a avenida Capixaba a partir do Éden Park. Em 1932 em uma das áreas remanescentes do Éden Park construiu-se o teatro Glória que abrigava cinema, espetáculos teatrais e *shows* musicais, atendendo à elite e descaracterizando o uso popular do então Éden Park. A praça passou a ser ocupada pelos dois teatros da cidade, um hotel (Império), um banco (Hipotecário e Agrícola de MG), um clube social e desportivo (Álvares Cabral) e o primeiro edifício em concreto armado da cidade de uso habitacional contendo sete pavimentos (Antenor Guimarães). Os usos diversificados e suas tipologias contendo várias aberturas para a via pública davam vivacidade à vida urbana na região e marcam o período de pompa da praça Costa Pereira.

c) Principais elementos e análise da forma urbana: Plano Urbano: implantação em terreno plano aterrado, com vias largas e pavimentadas que delimitavam a nova praça. Nove vias confluem para a praça. A notável avenida Jerônimo Monteiro se contextualiza com o ordenamento do desenho urbano, onde o teatro, imponente, marca uma nova era, a do aburguesamento do local. Tecido Urbano: quadras remodeladas em relação ao período anterior, de forma quadrangular ou retangular, voltadas para a praça, “vitrine da nova sociedade burguesa”. Os lotes ainda conservam sua menor dimensão voltada para a praça, com edificações com nova roupagem (muitas vezes, só a fachada era reformada seguindo o estilo eclético). A remodelação do tecido estabeleceu um maior distanciamento com as edificações do entorno, se comparado ao período anterior. Uso e ocupação

⁶A rua da Alfândega já se configurava como principal via da cidade, representativa do poderio comercial e econômico, mas ainda apresentava desordem de ocupação, com alinhamento de construções pouco rigoroso, fato que impulsionou sua reformulação, inspirada em paradigmas modernos dos *boulevares* europeus e carioca (avenida Central). Na década de 1930 recebeu uma segunda intervenção, em um outro trecho.

do solo: inserção de usos novos alinhados a comércio e edifícios financeiros. Ainda se mantém o uso habitacional, mas em menor escala. As edificações se mantêm no mesmo lote ocupando a sua totalidade. Composta por no máximo 3 pavimentos (com exceção do prédio Antenor Guimarães e do teatro Glória), as construções recebem a fachada eclética, com platibandas e ornamentos, e são de propriedade de comerciantes ou moradores mais influentes. O teatro foi implantado estrategicamente ocupando uma quadra isolada e, juntamente com o teatro Glória (inaugurado em 1932) se destacam no cenário. Práticas cotidianas: a praça passou a ser espaço de *footing* da elite capixaba, ligada à vida social e cultural da alta classe que por ali “desfilava”, passeava, contemplava, namorava, recreava e comprava. Eventos carnavalescos e cívicos também eram ali realizados, como a apresentação da banda da polícia militar. Paradas de bonde e carros de aluguel também movimentavam o local.



4.4 CENÁRIO 04: Planta de 1970 (Figura 6)

a) Aspectos político-econômicos: A nova era configurava-se no próprio processo de urbanização brasileira que tenderam à verticalização das principais cidades brasileiras, frente aos novos avanços tecnológicos e de negócios. Tal processo foi pautado na valorização do automóvel. Assim, a extinção dos bondes e o aformoseamento da praça causaram remodelação conjunta de todo o espaço e alguns prédios do seu entorno aos poucos, ganharam altura. A expansão imobiliária construiu edifícios de serviços, comerciais e residenciais elevados na década de 1950, firmando-se com a consolidação do grande aterro da Esplanada Capixaba realizado na mesma década⁷. A

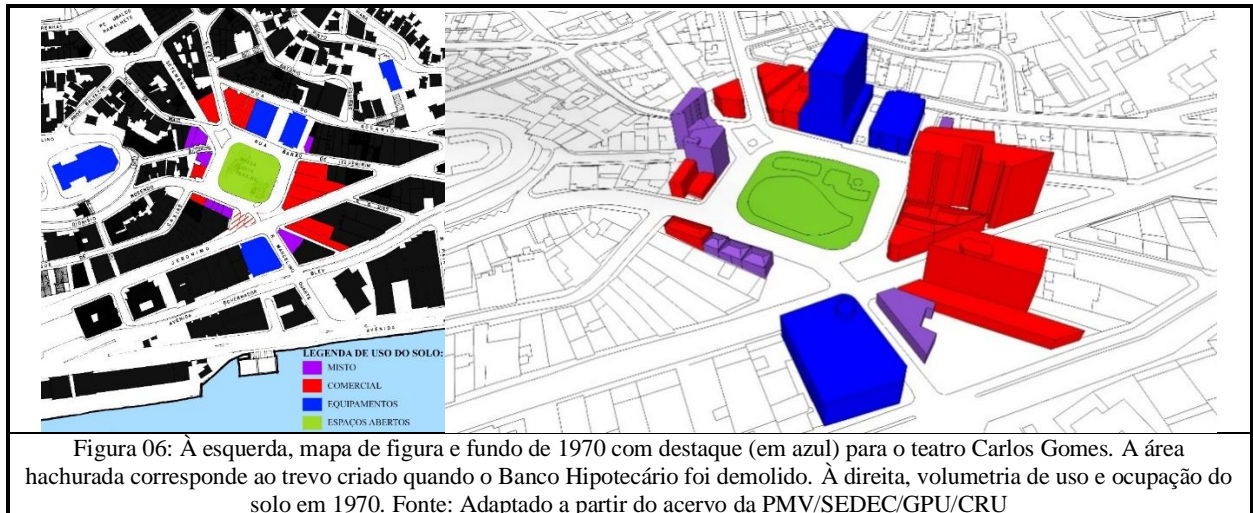
⁷Na década de 1940 os novos edifícios construídos na avenida Jerônimo Monteiro, em concreto armado, já tendiam a ser mais altos, fato ocorrido também na praça Costa Pereira, com a construção do edifício Antenor Guimarães, concluído em 1940 (PRADO, 2002; NEMER, 2018).

extinção dos bondes e a massificação dos automóveis provoca mudança no trânsito da avenida Jerônimo Monteiro que, de mão única, cria novos hábitos de uso na cidade e especializações das atividades comerciais e de serviços. O Centro vai deixando, aos poucos, de ter *status* de moradia para as elites, atraídas por novas áreas de expansão à leste da ilha.

b) Contextualização histórica da área: O processo de verticalização na praça Costa Pereira foi identificado a partir da construção do edifício Antenor Guimarães, concluído em 1940 em concreto armado, com sete pavimentos e já apresentando os elementos formais próprios da arquitetura moderna, porém ocupando a totalidade do terreno. Tal característica também coube aos edifícios ali construídos posteriormente, no caso a sede do INSS (depois edifício do IAPI - Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários) e, na década de 1950, dos edifícios do Palácio do Café e a sede do Clube Álvares Cabral. A praça deixou de ser espaço exclusivo da elite capixaba e o intenso uso comercial (inclusive o informal) e de serviços deram uma conotação mais popular ao seu uso.

c) Principais elementos e análise da forma urbana: Plano Urbano: praticamente sem alteração em relação ao período anterior, com destaque para o aterro da Esplanada Capixaba, na porção sudeste do mapa de figura e fundo. Uma via que ligava a avenida à praça foi substituída por uma galeria interna no térreo do prédio do Palácio do Café e o banco Hipotecário foi demolido para acomodação do novo fluxo da Jerônimo Monteiro. Tecido Urbano: praticamente sem alteração em relação ao período anterior. Uso e ocupação do solo: os novos prédios em altura passam a abrigar usos institucionais e comerciais/serviços, se contextualizando com usos já correntes na área. Práticas cotidianas: a praça vai deixando de ser espaço das elites, novos hábitos vão sendo introduzidos. Com o trânsito já intenso, o barulho, a poluição e o comércio informal tomam a cena. A praça passa a ser local de passagem frente a novas dinâmicas viárias, mas ainda conserva usos, agora mais destinadas ao comércio e descanso da população que por ali trabalha ou mora.

CENÁRIO 04: Planta de 1970
Principais elementos de análise: Praça Costa Pereira e Teatro Carlos Gomes



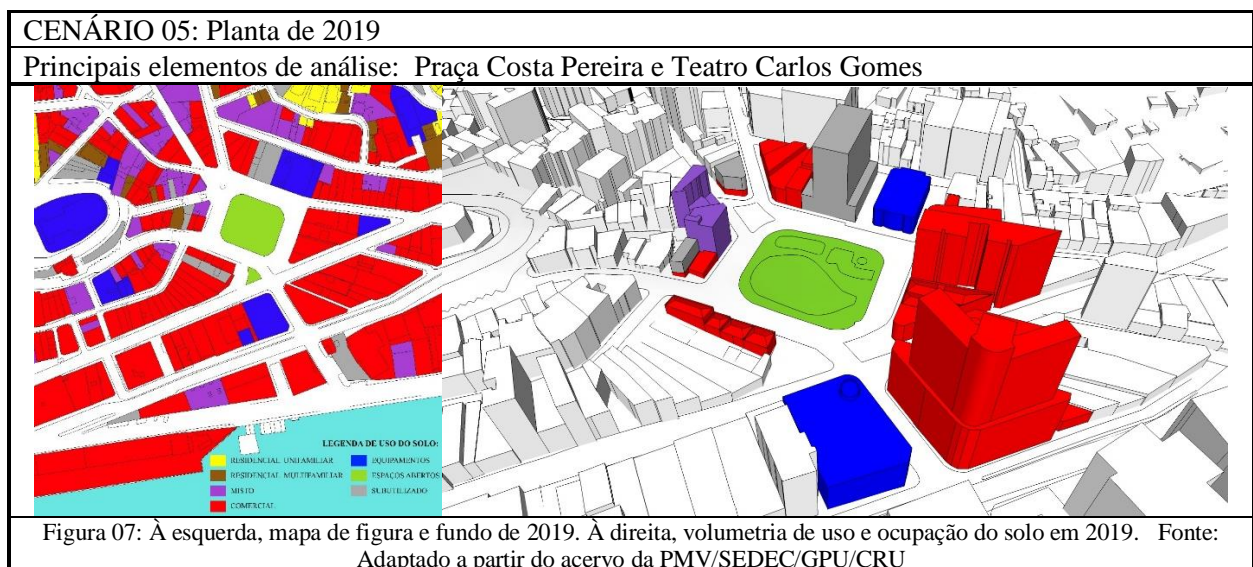
4.5 CENÁRIO 05: Planta de 2019 (Figura 7)

a) Aspectos político-econômicos: A partir do final da década de 70, o Centro deixa de ser o protagonista dos investimentos econômicos, comerciais e habitacionais. Há um certo deslocamento destas atividades para outras áreas em expansão da cidade, a leste e nordeste. Tal fato contribuiu para a consolidação de um comércio mais popular e uma gradual degradação dos seus espaços públicos. No entanto, o poder público municipal, a exemplo de outras cidades históricas brasileiras, vem fazendo esforços para a retomada de sua valorização e força de atratividade. O Programa de Revitalização do Centro, desde a década de 1990, tem feito planos de ação que contemplam, segundo informações da página eletrônica da Prefeitura de Vitória, a recuperação dos imóveis de interesse de preservação; a identificação e destinação de imóveis ociosos para novos usos e a reurbanização e requalificação dos espaços públicos. Sendo assim, a praça Costa Pereira e seu entorno foram, há poucos anos, contemplados em tal Programa.

b) Contextualização histórica da área: Morfologicamente, apenas os usos do entorno da praça sofreram algum tipo de transformação, com destaque para o edifício Micheline, antigo Palácio do Café, cuja sede foi transferida para a Enseada do Suá, do edifício Álvares Cabral, cuja sede foi transferida para Bento Ferreira, abrigando, atualmente, uso destinado a serviços. O edifício do IAPI, agora denominado edifício Presidente Getúlio Vargas, encontra-se sem uso, sob poder da municipalidade, para incorporação ao Programa Morar no Centro. O hotel Império, também se encontra, subutilizado, somente apresentando atividades no térreo, e algumas outras construções trocaram de uso, mas mantiveram o perfil destinado ao comércio/serviços nos casarios antigos. Os edifícios, ruas e quadras mantiveram, após meados de 1970, a mesma conformação. Destaque se dá, no entanto, às recentes obras da praça e seu entorno que, com intuito de ordenar o trânsito e

favorecer a percepção do sítio histórico pelos usuários, abrangeram retiradas do asfalto e volta do paralelepípedo original, remodelação de mobiliário urbano e paisagismo e inserção de faixas de pedestres em nível nos principais cruzamentos.

c) Principais elementos e análise da forma urbana: Plano Urbano: praticamente sem alteração em relação ao período anterior, com destaque para a retomada da pavimentação original da praça nas vias que a ladeiam. Tecido Urbano: praticamente sem alteração em relação ao período anterior. Uso e ocupação do solo: uso predominantemente comercial/serviços, com alguns prédios em estado de subutilização, mantendo suas atividades apenas no térreo. Práticas cotidianas: a praça possui atividades ligadas ao uso dos dois teatros, mas a vida cotidiana se manifesta no uso e apropriações da mesma pela classe média baixa, como local de passagem, descanso, namoro, conversas, práticas religiosas ou compras, haja vista, a presença de atividades de comércio informal nas suas imediações e no seu interior, nos períodos diurno e noturno. Ainda possui forte dinâmica para concentração de pessoas em manifestações políticas.



A fim de facilitar a visualização dos elementos morfológicos analisados (sistema viário, tecido urbano (quadras/lotes) e uso e ocupação do solo) e seus aspectos ligados à permanência ou transformações, elaborou-se um quadro síntese que, para cada cenário de transição, apontou a intensidade das alterações sofridas (Figura 08).

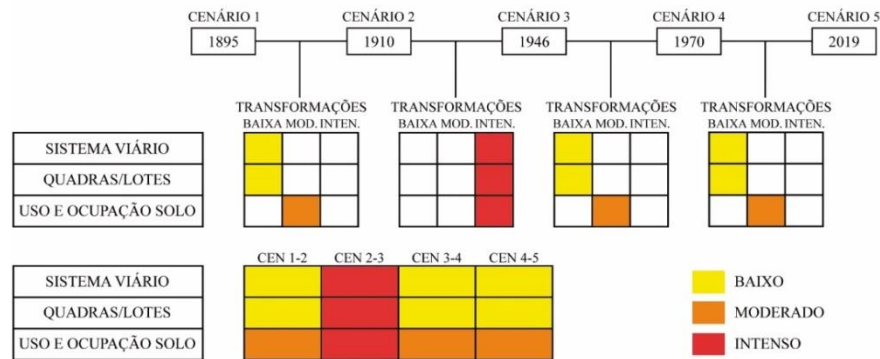


Figura 08: Quadro síntese da intensidade das transformações dos elementos da forma urbana na transição entre os cenários

A Figura mostra que a transição entre o século XIX e XX foi um marco para a capital, já que as mudanças ocorridas foram intensas para todos os elementos morfológicos, envolvendo sistema viário, quadras/lotes e uso e ocupação do solo. Nos outros cenários de transição, percebe-se uma mudança mais significativa somente para uso e ocupação do solo, confirmando a teoria de Conzen que, dos elementos da forma, os que mais persistem são, respectivamente, o sistema viário e a configuração de quadras/lotes. Acredita-se nesse contexto, que os usos do solo do entorno, provocados por decisões e forças do estado e do mercado, alteraram-se e desencadearam, oportunamente, mudanças nas próprias práticas cotidianas no local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudo dos processos vigentes que levaram às transformações da forma urbana é aqui inserido como estrutura fundamental para a compreensão da dinâmica do espaço público da praça e de seu entorno em perspectiva histórica. No contexto do objeto de estudo, é importante destacar que os termos largo e praça foram devidamente empregados. O largo era de formato mais alargado e fora área frontal da Igreja de mesmo nome e depois do teatro Melpômene. Já, a praça Costa Pereira, como foi construída, remete à influência europeia, assim como as primeiras praças propriamente ditas no Brasil, cujas construções do entorno tinham caráter de importância. No caso, a permanência de um teatro na reforma da praça dá, à mesma, sua devida importância como espaço de uso público cultural na cidade de Vitória, em processo de modernização.

Identificou-se, ao longo da análise, cinco cenários relevantes, contextualizados com as principais transformações ocorridas e que provocaram mudanças nas práticas cotidianas, passando por vários estágios: local de festividades sociais e religiosas populares (final do século XIX), palco de contemplação e passeio da elite capixaba em ascensão (início do século XX), local de práticas comerciais e de serviços (meados do século XX), que culminaram, posteriormente, em usos conjugados a formas de apropriação de cunho religioso e comercial das classes média e baixa, à

descanso, namoro e passagem. Tais usos se estendem ao período noturno e, incorporados à recente reforma do espaço, à valorização dos dois teatros e à adaptação de edificações antigas em restaurantes nas adjacências, criam um sentimento de boemia que proporcionam vitalidade ao espaço. No entanto, vale destacar a subutilização de alguns edifícios, que mantem uso apenas no térreo, reflexo do processo de redução de atratividade sofrida no final do século XX.

Para cada cenário, existiram sim, forças vigentes, sobretudo da ordem política, econômica e cultural que contribuíram, em conjunto, para as configurações e dinâmicas atuais de seu uso e das transformações de sua forma urbana: o discurso do higienismo na virada dos séculos XIX e XX gerou um processo de exclusão que acometeu as camadas mais baixas da população neste local, apagando, em prol da modernidade, vestígios de uma vila colonial. Apesar do processo de verticalização verificado no Centro em meados do século XX, no final do mesmo século, novas direções preferenciais de crescimento da urbanização para áreas mais nobres provocaram a saída da população de alta renda e de investimentos para outras áreas além do sítio histórico. Tal fato, segundo Vargas e Castilho (2006), acometeu, a partir dos anos 1980, uma série de cidades no Brasil quando seus centros principais começaram a diluir-se pelo surgimento de uma rede de subcentros, que atraíam atividades nobres e geradoras de fluxo como instituições públicas. A posterior valorização deste espaço através de intervenções ligadas à preservação e recuperação pode ser entendida como ação que vem sendo perseguida por vários governos municipais, cujas tendências urbanísticas protagonizam novos ares para os centros históricos brasileiros.

O processo histórico em análise mostrou que, conforme apontam os estudos defendidos pelo geógrafo Conzen, dos elementos da forma urbana, o sistema viário e a conformação de quadras e lotes mudam em menor proporção do que aqueles relacionados ao uso e ocupação do solo. Com exceção da mudança mais drástica identificada na virada dos séculos XIX e XX que, tentando apagar vestígios de uma cidade colonial, provocou novas dinâmicas de uso do espaço quando articuladas com os eixos viários construídos, os cenários subsequentes mantiveram vias e o parcelamento urbano sem transformações significativas, alterando-se apenas os usos que parecem se acomodar e contextualizar com as forças vigentes de mercado e políticas. A praça Costa Pereira, enfim, na sua longa existência, não foi descaracterizada na sua função ligada à socialização da vida urbana. Os teatros ali presentes parecem sustentar a importância histórica e cultural que sempre teve, onde usos e apropriações protagonizam um cenário ainda dinâmico.

6 REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia I**. Vol. XIV, Porto, 1998. P. 77-97.
- ALEX, Sun. **Projeto da Praça: convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.
- BELLINE, Anna Karine Q. Costa (2014). **Espaços públicos abertos e o usufruto da paisagem: 1860 a 1916 – Vitória (ES)**, 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.
- CALDEIRA, Júnia Marques. **A praça brasileira**. Trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade, 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- CANAL FILHO, Pedro. (2004). **Vitória Republicana: um salto para a modernidade, a história do ecletismo do Centro de Vitória contada por André Carloni, Josef Pitlik e a praça Oito de Setembro**, 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- CARLOS, Ana Fani A. (2007) **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- CLAVAL, Paul. Campo e perspectivas da geografia cultural. **Revista Geographie et Cultures**. Ano I, 1992, p. 7-38.
- CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.
- COSTA, Stael de Alvarenga Pereira. O estudo da forma urbana no Brasil. **Revista Vitruvius**. Arquitectos. Ano 8, 2007. s/p.
- COSTA, Stael de Alvarenga Pereira; GIMMLER NETTO, Maria Manoela. **Fundamentos de Morfologia Urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.
- DERENZI, Serafin. **Biografia de uma ilha**. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995.
- ELTON, Elmo. **Logradouros antigos de Vitória**. Vitória: EDUFES: Secretaria Municipal de Cultura, 1999.
- FREITAS, José Francisco Bernardino. Aterros e decisões políticas no município de Vitória: efeito cascata. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 8, **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2004, p.17.
- KLUG, Leticia. **Vitória: sítio físico e paisagem**. Vitória: EDUFES, 2009.
- LAMAS, José Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 2001.
- LYNCH, Kevin. **A boa forma da cidade**. Lisboa: Edições 70, 2007.
- MACEDO, Silvio Soares. Produção da paisagem urbana contemporânea brasileira no final do século 20. **Revista Paisagem e Ambiente: ensaios**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: FAU, n. 14, 2001. p. 143 – 170
- MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- MOUDON, Anne Vernez. Morfologia urbana como um campo interdisciplinar emergente. **Revista de Morfologia Urbana**. Rede Lusófona de Morfologia urbana.3 (1), 2015. p. 41-49.
- NEMER, Luciana. **Centro de Vitória: habitação social ontem e hoje**. Serra: Editora Milfontes, 2018.
- PRADO, Michele Monteiro. **A modernidade e o seu retrato: imagens e representações das transformações da paisagem urbana de Vitória (ES) 1890 – 1950**, 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, 2002.
- QUEIROGA, Eugênio. **A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa**, 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2001.
- ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras**. 3ed. São Paulo: Editora da USP, São Paulo, 2010.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- VARGAS, Heliana C.; CASTILHO, Ana Luisa H. **Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri, SP: Manole, 2006.